

- GIRÃO, R. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959.
- GIRÃO, V. As charqueadas. In: SOUZA, S. (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC; Fund. Demócrito Rocha, 1989.
- JORNAL O CEARENSE, 08, nov., 1846.
- JORNAL O CEARENSE, 15 e 24, jun., 1847.
- JORNAL O CEARENSE, 10, jan. e 23 mar., 1848.
- KIDDER, D. *Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- KOSTER, H. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.
- LEMOS, C. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LINDLEY, T. *Narrativa de uma viagem ao Brasil que terminou com o apresamento de um navio britânico e a prisão do autor e da tripulação do navio pelos portugueses, acompanhada de diversas apreciações de caráter geral sobre o país, seus produtos naturais, seus habitantes e uma descrição da cidade de S. Salvador e Porto Seguro*. São Paulo: Nacional, 1969 [1ª publicação em 1805].
- MARTINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org). *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- POHL, J. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SAIA, L. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- STUDART, B. de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Fac-símile 1909.
- TAKEYA, D. *Europa, França e Ceará*. Natal: Ed. UFRN; São Paulo: HUCITEC, 1995.
- VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- VIEIRA Jr., A O. *O cotidiano do desvio: desfloramentos e adultérios no Ceará colonial*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NOTAS SOBRE HISTÓRIA AMBIENTAL REGIONAL: OS
VALES DO RIO DOCE E DO AÇO DE MINAS GERAIS SOB
A ECONOMIA DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS (1940-
2000)

Múcio Tosta Gonçalves

Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD-Minas)

ENSAIO PRELIMINAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO
FLORESTAL

Para Brito, Oliveira e Junqueira (1997, p. 53), a íntima ligação entre a evolução histórica da economia mineira e o desmatamento decorreu de uma despolitização da "questão das florestas" por meio da sua redução à condição de meras fornecedoras de energia para os mais diversos fins domésticos e comerciais. Entretanto, é possível dizer que ocorreu exatamente o contrário do que afirmam esses autores. Identificase em suas leituras, comum a muitos que se dedicam ao tema da relação entre desenvolvimento econômico e florestas, a hipótese de que uma política de recursos florestais tem que estar voltada para o controle do seu uso como insumo urbano e industrial. Se bem essa tenha sido a ênfase vitoriosa da administração pública dos recursos madeireiros e das florestas nacionais ainda hoje, isso não permite falar da formação de uma política para as florestas sem referência ao envolvimento sistemático de parcelas da sociedade civil no enfrentamento da degradação e a favor da proteção dos recursos florestais.

Mesmo que a raiz mais remota de uma tal posição tenha sido a necessidade da Coroa Portuguesa em obter o máximo de riqueza - o que gerou medidas destinadas a controlar a exploração predatória de madeira, principalmente de algumas espécies de maior uso e valor comercial - ela se solidificou somente com a emergência de dentro da sociedade de algumas vozes capazes de potencializar as queixas contrárias à situação de degradação dos ecossistemas florestais (PÁDUA, 1987 e 1991). E essa última condição, que data das primeiras décadas do século XX, contém muitos dos aspectos precursores do movimento ambientalista nacional - o que não significa, porém, que antes da década de 1970 existisse um "movimento" ambientalista no Brasil.

Nota-se, no seio da intelectualidade brasileira, nos primeiros anos do século XX, a construção de uma preocupação que movimentou interesses privados e públicos envolvidos com as políticas públicas e com a defesa de interesses da agricultura em todo o país. Na base da movimentação, observava-se um "ideário" centrado na defesa da terra e dos recursos florestais, bens públicos que estavam sendo dilapidados pelo modo como a agropecuária nacional se expandia, especialmente por causa do uso do chamado sistema de derrubada e queima e da rotação de terras (ver TORRES, 1982; PEDROSO, 1952; SOUZA, 1956; para uma discussão, PÁDUA, 1987 e GONÇALVES, 1990). Isso não impedia, porém, que boa parte desse libelo "conservacionista" estivesse orientado pela identificação da terra e das florestas como elementos para o processo de crescimento - portanto, subordinados às necessidades e à "racionalidade" da produção e da técnica (GONÇALVES, 1999).

Exatamente por isso, apesar da distância das intenções, as posições conservacionistas demandantes da modernização do uso dos recursos terra e florestas acabaram repercutindo na bateria dos argumentos industrialistas, voltados para a defesa do "uso racional" - ou da criação das condições de fornecimento de produtos florestais de baixo custo, notadamente o carvão vegetal e a lenha, para fins industriais - ou daquilo que Louis Ensich, industrial belga radicado em Minas Gerais a partir da década de 1920 para desenvolver o projeto da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), definiu como a promoção da substituição das formações arbóreas nativas por outros tipos de florestas que, por sua "natureza", permitiriam um "aproveitamento organizado" da madeira (ENSICH, 1953; GONÇALVES, 1990).

Em uma sociedade largamente dependente do combustível derivado da carbonização da madeira, essas questões revestiam-se da maior importância, isso porque tanto as unidades domésticas quanto as industriais eram grandes consumidoras de lenha e carvão vegetal. No caso da utilização industrial da floresta como biomassa vegetal, significava geração de poder calorífico para o processamento e a movimentação de matérias-primas e máquinas e, ainda, a produção de mudanças físico-químicas de diversos materiais, além de representar um expressivo insumo num "sistema domiciliar de produção", no qual a lenha "representava a energia essencial [...] [para as] funções de primeira

importância na nutrição e na saúde pública da população" (cf. DEAN, 1987, p. 45).

O paulatino movimento de urbanização - que se intensificou os anos 30 em todo o país - também teve na floresta uma fonte potencial de recursos, uma vez que a construção civil depende de madeira sob diversas formas (escoras, cimbres, portas, ameias, tacos etc.). Da mesma forma, a expansão das ferrovias, além de contar com a mata como fornecedora de insumo energético até a introdução das máquinas movidas a óleo diesel, no final dos anos 40, dependia da oferta de madeiras duras (de lei) para a instalação de dormentes.

Como no resto do país, em Minas Gerais, as diversas formas de utilização das florestas para fins energéticos e de construção foram uma permanente fonte de pressão sobre os recursos florestais. Partindo das informações do mapa elaborado por Gonzaga de Campos (diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil), cerca de 47% do território de Minas, em 1911, encontrava-se coberto por florestas e, ao final da década 1950, apenas cerca de 15%. A devastação atingira a espantosa cifra de 4.700 km² anuais de matas derrubadas (cf. CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO (CEEAA), 1959), mas, mesmo com a evidência de que o estilo de crescimento industrial e demográfico urbano era o que pressionava as áreas ainda florestais, vingou a idéia de que era a agropecuária "nômade" quem provocava a deterioração e apressava o esgotamento dos solos.

Assim, por exemplo, o CEEAA (entidade de fomento vinculada à Secretaria de Planejamento de Minas) argumentou em um estudo datado de 1959 que quase metade do desmatamento verificado em Minas proveio do avanço daquela agricultura nômade. Essa afirmação oficial foi sustentada mesmo contra a evidência de que o consumo doméstico, as indústrias madeireiras, o transporte ferroviário e o desenvolvimento da siderurgia fossem também identificados como fontes importantes da devastação. Havia, na verdade, uma ligação entre a crítica à agricultura nômade destrutiva e a política de titulação de terras, que perpassava uma apologia do progresso: a intenção de afirmar os produtores que usam tecnologias não rudimentares e que são ou buscam ser proprietários regulares indica que neles havia um elemento que permitia pensar em um uso racional do espaço e dos recursos.

Ao atribuir à agricultura “tradicional” o qualificativo de devastadora (conforme afirmado em relatórios do Serviço de Fiscalização de Terras e Matas da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas), o Estado favoreceu uma primazia da ordem privada sobre a esfera pública (MOTTA, 1998; MARTINS, 1994). Ao vincular o sistema de posse dos pequenos agricultores à degradação dos solos e das florestas, apontando como solução a regularização fundiária, o Estado mineiro contribuiu para afirmar a precedência dos interesses particulares dos agentes econômicos “modernos” sobre os bens públicos terra e recursos florestais. Adicionalmente, na percepção conservacionista, a perspectiva era que o processo destrutivo derivado do uso “tradicional” dos recursos naturais significava um atraso para a própria industrialização.

Nesse âmbito, e tendo em vista as suas necessidades, a siderurgia organizou e solucionou por si mesma a “sua parte” do problema. No bojo do processo de desenvolvimento da siderurgia estadual, as alternativas que se colocaram para o fornecimento de carvão vegetal à indústria culminaram com a adoção e defesa do “reflorestamento” como parte integrante da expansão empresarial desse ramo industrial. Uma questão central envolvida nessa definição do reflorestamento como ato de criação de um estoque renovável de carbono era a de que as florestas circunvizinhas à região das usinas estavam desaparecendo, comprometendo o abastecimento da indústria. Como a quase totalidade do carvão vegetal consumido provinha de florestas nativas (até a década de 1960), urgia criar condições para a reposição dessa fonte (conforme discutido em GONÇALVES, 1990).

A expansão do parque produtor siderúrgico mineiro, desde o início do século, com a criação de diversas empresas produtoras de ferro-gusa, só agravou a situação de pressão sobre os recursos florestais, reforçando o interesse pelo plantio próprio das chamadas “florestas de rendimento”. A partir dos anos 40, numa iniciativa capitaneada pelos grandes produtores integrados de ferro-gusa e de aço, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e a Aços Especiais Itabira (ACESITA), e seguido por uma série de outras empresas (Cia. Queiróz Jr., Cia. Ferro Brasileiro, Siderúrgica Itatiaia, Cia. Siderúrgica Santo Antônio, Mineração e Usina Wigg), foram realizados vários programas próprios de “reflorestamento”.

Em 1948, buscando a produção autônoma de carvão vegetal, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM) criou seu Serviço Florestal, no que foi seguida pela ACESITA, que criou o seu em 1949. Várias outras empresas enveredaram ou pelo mesmo caminho, tendo em vista a própria “sobrevivência”, como então apregoavam o próprio setor e o Estado mineiro: a Cia. Queiróz Jr., a Cia. Ferro Brasileiro, a Siderúrgica Itatiaia, a Cia. Siderúrgica Sto. Antônio, a Mineração e Usina Wigg, a Mineração e Siderurgia da Gandarela, dentre as principais companhias que desde antes dos anos 40 já tinham iniciado programas de reflorestamento (com diversas essências arbóreas, inclusive *Eucalyptus spp.*).

A situação das principais empresas siderúrgicas mineiras no início dos anos 1950, de acordo com dados coletados em relatório do Ministério da Agricultura de 1951, era a seguinte: as companhias Corradi e Itaunense, de Itaúna, e a Mineira de Siderurgia, de Divinópolis, não possuíam reservas próprias de mata. As que possuíam maiores áreas de reserva e dependiam pouco ou nada de carvão de madeira comprado de terceiros eram a ACESITA (de Coronel Fabriciano/Rio Piracicaba), a CSBM (de João Monlevade) e a Cia. Metalúrgica Santo Antônio (de Rio Acima). As maiores plantadoras de madeira eram a CSBM (com 1.518 ha ou 41% da área plantada total), a Cia. Ferro Brasileiro (com 756 ha ou 21% do total), a Queiroz Júnior (com 566 ha ou 15%) e a ACESITA (com cerca de 409 ha ou 11% do total).

A partir dos anos 60, o problema fundamental tornou-se o de garantir uma disponibilidade permanente do termo-redutor vegetal, uma vez que era a disponibilidade de madeira o nó górdio que entravava a expansão da produção siderúrgica. Por sua vez, a intensa expansão da indústria de transformação (a uma taxa média anual de 21,5% entre 1968 e 1974), baseada no aumento da participação das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, em detrimento do setor de bens intermediários de produção (DUARTE FILHO, 1986), gerou uma pressão ainda maior por aço e outras ligas metálicas, minerais, ferro e, conseqüentemente, por madeira e carvão. Assim, entre 1940 e 1956 o consumo de carvão mais do que dobrou (passando de 227,2 mil ton. para 466,7 mil ton.), crescendo mais de 60% entre aquele último ano e o de 1966 (MURTA, 1950; SILVA, 1965; Serviços de Engenharia e Instalações Técnicas Ltda. (SEITEC, 1969)).

Mais importante é que a evolução do carvoejamento e da produção siderúrgica coexistiram e se combinaram no espaço e no tempo. Entre o início do século XIX e a década de 1930 do século XX, o carvoejamento concentrou-se na região central do estado, entre os vales dos Rios das Velhas e Paraopeba (a oeste) e do Rio Doce (a leste). Dessa década até o início da de 1960, a sua expansão ocorreu predominantemente nos sentidos oeste e norte e, após 1960, no sentido noroeste e norte. Levando em consideração as estimativas feitas no Plano de Eletrificação mineiro, que usa um coeficiente de transformação de 25 toneladas de carvão vegetal para cada hectare de matas explorado, a produção de carvão no início da década de 1960 apontaria para um número de cerca de 30 mil hectares derrubados anualmente para atender à demanda dos consumidores industriais, dentre os quais se destaca a siderurgia (ver MURTA, 1950, p. 17, 162).

Além disso, havia uma concentração da produção do carvão vegetal nas regiões Metalúrgica e do Rio Doce, que contribuía com 78% do total desse termo-redutor produzido no estado. Dos oito principais municípios produtores de carvão vegetal, que totalizavam 54,2% da oferta total estadual, cinco compõem o território estudado: Santa Bárbara (com 12,3% do total produzido no estado), Rio Piracicaba (com 8,5% do mesmo total), Alvinópolis (com 6,8%), Antônio Dias (com 5,9%) e Nova Era (5,5%). Se a esses 39% forem adicionados os 6,8% de carvão produzidos por Mariana e os 4,2% produzidos por Barão de Cocais, pode-se entender que a zona Metalúrgica (sobretudo no vale do Rio Piracicaba, afluente do Doce) era, também, a zona do carvão.

Como consequência do golpe militar de 1964, a questão florestal foi transformada, tendo em vista o crescimento do número de consumidores intensivos de matéria prima florestal (o que mantinha em ritmo acelerado a destruição da cobertura florestal nativa por todo o país) e a ausência de políticas públicas ativas de proteção dos remanescentes florestais ou de recuperação da área desmatada. A partir desse instante, o Estado ficou a reboque das ações privadas relativas ao "reflorestamento" (GONÇALVES, 1990 e 1999).

A escolha das essências florestais de eucaliptos e de pinheiros não nativos como os veículos da política de formação de maciços florestais para uso industrial significou a adesão a técnicas de uso do solo e da flora que prejudicaram as formas e condições tradicionais de (re)

produção social do espaço natural. Como opção agrônômica e silvicultural, então, a determinação das espécies hegemônicas para as plantações de uso industrial no país contribuiu para a transformação dos padrões da atividade florestal tal como ela era desenvolvida até meados dos anos 60. Representou, também, a transmutação das formas sociais de organização do espaço e do trabalho em áreas tradicionais de ocupação produtiva agrícola e, adicionalmente, permitiu a criação de um conjunto de políticas que garantiram um salto na acumulação das firmas envolvidas com a atividade (GONÇALVES, 1990).

Simultaneamente à transformação dos plantadores de árvores exóticas em um dos clientes preferenciais do Estado, principalmente por meio das agências do sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ocorreu uma vigorosa expansão das plantações florestais homogêneas em todo o país e em especial em Minas Gerais. O "reflorestamento" teve sua área ampliada de 1,7 mil ha em 1970 para mais de 6 mil ha em 1985, dos quais mais de 50% na região Sudeste e cerca de 20% em Minas Gerais (GONÇALVES, 1990; BACHA, 1992).

O MOVIMENTO DO CAPITAL DAS EMPRESAS DE PLANTAÇÕES FLORESTAIS NO ESTADO

A economia mineira, por conta da sua formação peculiar e desde a época da constituição da capitania, foi estruturada em torno do aproveitamento de reservas minerais e florestais, transformadas em recursos naturais destinados a sustentar o crescimento. Essa afirmação, que não representa nenhuma novidade para o estudioso das Minas e das Gerais, não pode ser perfeitamente entendida se não for colocada no plano das políticas de desenvolvimento econômico regional, centradas na intensificação de um padrão de industrialização intensivo em recursos naturais desde o início do presente século.

No afã de modernizar os processos produtivos e tornar Minas um espaço perfeitamente inserido na lógica de expansão do setor industrial nacional, seguiram-se sucessivas tentativas do governo estadual de dominar e maximizar o uso de recursos hídricos, edáficos e florestais. No presente século, as atitudes do Estado foram e têm sido várias no sentido de desenvolver as condições para um efetivo aproveitamento industrial dos recursos naturais de Minas, enfatizando a necessidade de

modernização da agricultura e da siderurgia. Potenciar a produtividade do solo - utilizando fertilizantes e maquinário agrícola - e otimizar os processos de produção do ferro passaram a ser as diretrizes fundamentais. Para tanto, era (como ainda é) necessário dispor de energia barata e de fácil apropriação. Para uma das indústrias-chave, a siderurgia, essa necessidade significou até fins dos anos oitenta a dependência praticamente exclusiva de uma forma específica de armazenamento de energia solar: o carvão vegetal, ao mesmo tempo redutor do minério e fonte térmica industrial.

A euforia desenvolvimentista do período pós-45 gerou uma modificação relativa da importância das posturas políticas e ideológicas referentes à questão do ambiente natural e das florestas. Se antes da I Guerra Mundial a devastação sistemática da natureza era apontada como um resultado do não desenvolvimento coerente das forças produtivas do país, após esse marco os setores industriais passaram a apontar para uma situação em que o desmatamento e o aproveitamento fabril desses recursos naturais constituíam as faces de uma mesma moeda (GONÇALVES, 1990; DINIZ, 1981).

Em vista disso, a saída defendida e implementada pelos industriais consumidores de madeira energética, o "reflorestamento", passou a se tornar um instrumento importante para a continuidade desses empreendimentos, uma vez que o nó górdio para a expansão da produção siderúrgica tornou-se o da garantia da disponibilidade permanente desse termo-redutor vegetal (GONÇALVES, 1990).

De fato, os dados disponíveis indicam que a escassez de madeira nativa tornou-se mais grave na década 60, época em que o governo mineiro passou a adotar várias medidas para suportar e estimular o crescimento econômico estadual (GONÇALVES, 1990; DEAN, 1996). Como resultado do esforço de modernização impulsionado pela ação governamental, observou-se uma intensa expansão dos ramos básicos nos quais a economia mineira vinha se especializando, o que aumentou a pressão sobre os remanescentes nativos ainda disponíveis. Simultaneamente, esse movimento ampliou os projetos privados de plantios florestais que, até a adoção pelas empresas mineiras da nova política florestal implantada pelos governos militares, eram em sua maioria localizados junto às empresas consumidoras.

Com a introdução da política de incentivos fiscais, e dado o elevado custo das terras próximas aos consumidores (localizados geralmente em regiões mais intensamente urbanizadas), os aplicadores passaram a buscar, para suas florestas, áreas de custo mais baixo. Ou seja, o preço da terra passou a ser o principal determinante da escolha da localização dos plantios, porquanto os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (INDI), 1975; GONÇALVES, 1990 e 1999).

A procura por terras com baixo preço significou um movimento de valorização do capital por meio do aprisionamento de extensas parcelas contínuas de solos, em regiões onde a estrutura fundiária era (e ainda é) marcada pela extrema desigualdade distributiva. Segundo Ferreira (1985), a formação de maciços sem destino econômico assegurado representou uma estratégia empresarial que, além de aproveitar os incentivos administrados pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), permitiu ao capital agro-industrial florestal apropriar-se de extensas glebas em regiões onde a terra estava se valorizando rapidamente (o que incluiu, também, a ocupação de terras aptas para lavouras).

Se a proximidade entre a mata e a usina era estratégica, dada a dependência da floresta nativa, tendo em vista que não existiam outras fontes do carbono necessário para a redução do minério de ferro, com as inovações introduzidas na política florestal, na segunda metade dos anos 1960, associadas à progressiva eliminação das matas vizinhas, à maior "produtividade natural", ao menor custo da madeira plantada (em comparação com a nativa) e à elevação do preço das terras próximas desses consumidores industriais, iniciou-se um deslocamento para novas áreas florestais (para uma discussão sobre a questão siderúrgica e sua relação com o problema florestal, consultar GONÇALVES, 1990; DINIZ, 1981; OSSE, 1983).

A criação dos incentivos fiscais, permitindo que a atividade da silvicultura remunerasse os empresários quando da execução dos plantios e não quando da sua venda, dirigiu esses últimos para as regiões onde as terras tinham preço menor, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços (INDI, 1975, p. 7). Isso quer dizer que o

movimento de conquista de novas terras para extração da vegetação nativa e plantação de florestas homogêneas foi direcionado para regiões onde tais terras poderiam ser apropriadas mais facilmente, sem o recurso ao mecanismo de regulação fundamental do mercado – o contrato de compra e venda. Significa, também, que a expansão da fronteira das plantações florestais foi responsável pela eliminação das antigas estratégias de posse e de agregação da e na terra, sobretudo nas regiões do norte e do nordeste mineiros. De fato, como terra, propriedade e fazenda não significavam a mesma coisa, e a sua aquisição não implicava troca mediante dinheiro, mas sim troca, a presença das plantações serviu como um catalisador e/ou detonador para os processos de expulsão e de transformação dos direitos costumeiros, o que alterou radicalmente a feição social do rural em Minas (ver, dentre outros, RIBEIRO, 1986).

Em decorrência dessas questões, pode-se entender por que o movimento territorial do “reflorestamento” em Minas teve o comportamento descrito a seguir. Até 1969, a região Metalúrgica e a Campo das Vertentes, a Zona da Mata e a Sul, onde se localizavam os principais pólos industriais estaduais, representavam mais de 75% do total de área plantada do estado. Nesse mesmo período, a região do Rio Doce chegou a ter 15,3% do mesmo total. Em 1970, não obstante essa situação começar a mudar, a região do Triângulo e Alto Paranaíba despontou como o foco do crescimento da atividade (atingindo a marca de 40% do total de hectares plantados no estado no ano de 1973, quando, sua participação decresceu). As três primeiras regiões mencionadas representaram 24% (só a Metalúrgica, 18%) e a região do Rio Doce caiu para 5% (GONÇALVES, 1990). O decréscimo do Triângulo e a estagnação dos plantios incentivados nas três primeiras regiões foram compensados pela sua expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974. O aumento da área plantada dessas duas últimas duas foi, sem dúvida, o principal elemento explicativo do impulso tomado pelo reflorestamento em Minas em meados dos anos 70 (GONÇALVES, 1990).

Uma explicação que complementa a importância das alterações no movimento territorial das plantações em Minas é o fato de parte do Norte de Minas encontrar-se incluído na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Isso, obviamente, reforçou o deslocamento dos plantios para essas regiões. E, num movimento

análogo ao dos “reflorestadores”, os consumidores crescentemente dependentes do carvão vegetal e da lenha (particularmente, as indústrias siderúrgica, metalúrgica, cimenteira e de calcinação) direcionaram suas atividades de desmatamento e carvoejamento para o cerrado (GONÇALVES, 1990).

Neste momento, é preciso deixar claro que o movimento dos “reflorestadores” foi acompanhado pela manutenção e intensificação das atividades de desmatamento e de carbonização das matas nativas pelos consumidores industriais, tal como vinham sendo praticadas desde antes da década de 40, porém agora, sobretudo na região do cerrado mineiro. Uma das razões básicas para o recrudescimento dessa depredação – especialmente do cerrado – foi o aumento do custo do transporte terrestre do carvão de eucalipto plantado nessas regiões de fronteira, situadas a distâncias terrestres consideráveis das fábricas consumidoras (VALVERDE, 1977; GONÇALVES, 1990). Além disso, duas outras transformações internas dos demandadores de florestas também afetaram essa dinâmica: de um lado, o crescimento da grande siderurgia e a proliferação das pequenas usinas produtoras de ferro-gusa desde final dos anos 60 nos sentidos norte e oeste do estado contribuíram para o aumento da pressão sobre esse ecossistema específico; de outro, muitos dos “reflorestadores” não eram ou estavam integrados aos consumidores, principalmente as indústrias siderúrgica e de cimento.

Na segunda metade dos anos 1980, com as mudanças promovidas nos instrumentos de incentivos fiscais (e sua posterior extinção), o movimento do capital florestal adotou outra lógica. Em primeiro lugar, apesar do fortalecimento das empresas independentes e sua afirmação como grandes latifúndios no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, houve um incremento das plantações nas regiões próximas das usinas – a antiga fronteira interna de atuação das empresas siderúrgicas, as regiões Metalúrgica e do Vale do Rio Doce. Em grande medida, essa nova orientação da ocupação regional com plantações foi consequência da entrada em cena da Companhia de Celulose Nipo-Brasileira (CENIBRA).

No entanto, mesmo que a entrada dessa empresa produtora de pasta de celulose tenha ocorrido no final dos anos 70, com a absorção dos plantios formados pela Floresta Rio Doce S.A. (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)) desde os anos 60, no caso dos

municípios que compõem o território analisado nesse texto, isso veio a representar um incremento das plantações de eucaliptos somente a partir dos anos 80, quando então se definiram as estratégias de financiamento público e privado para a formação florestal, bem como as modalidades de redivisão do espaço entre as grandes produtoras de *commodities* agroindustriais de base madeireira (GONÇALVES, 1995).

Além desse fato, uma outra razão que explica essa reorientação refere-se à mudança do planejamento de empresas como a CSBM (por meio de sua subsidiária Cia. Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAF)) e a própria CENIBRA, que já possuíam grandes plantios próprios na região do Vale do Aço, adquiriram novas terras agrícolas disponíveis além de comprarem terras e plantações de outras empresas (especialmente na década de 1990). Por outro lado, principalmente para esses grandes consumidores, foi relevante o papel que o Estado mineiro desenvolveu, criando uma alternativa de crédito para o aumento e/ou renovação da área plantada na primeira metade da década 80, denominado Projeto Florestal de Minas Gerais (PROFLORESTA), desenvolvido por uma parceria institucional entre o Banco Mundial, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) entre 1988 e 1995¹.

AS PLANTAÇÕES FLORESTAIS NAS REGIÕES DOS VALES DO AÇO E DO RIO DOCE

A presente análise debruça-se sobre um território composto por vinte e um municípios formados com a apropriação capitalista de um espaço rico em reservas minerais, terra e madeira (ambas destinadas a virar agricultura, carvão e, depois, polpa). As características básicas de sua história entrelaçam-se com as interferências que nele foram produzidas pelas políticas (públicas e privadas) de desenvolvimento e pelas formas como trabalhadores e agricultores reagiram a elas ou as aceitaram, incluindo-se aí com especial relevo as políticas destinadas à promoção das plantações florestais homogêneas, o que permite identificar essa região como um espaço “especializado” numa economia de plantações florestais.

O território, que corresponde ao conjunto urbano conhecido como Vale do Aço e a parte da região fisiográfica denominada Vale do Rio Doce, e que teve a sua origem nos municípios de Sabará, Mariana e

Guanhães, compreende as áreas dos municípios de Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Dionísio, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguaruçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal e Timóteo. A definição desse conjunto levou em consideração, além do comportamento histórico da ocupação territorial local, os critérios sócio-políticos, produtivos e propriamente territoriais, utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Fundação João Pinheiro (FJP), pela CVRD e pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais na idealização do que é a região. Como essas organizações representam interesses em disputa pelo território (e seus recursos) e são alguns dos principais atores envolvidos na disputa pela construção social e econômica da história regional (especialmente no caso das duas últimas), optou-se pela utilização das suas identificações da região. Certamente, para além do fato de a maioria dos municípios pertencerem a todas as definições, a percepção dessas descrições do espaço ajuda a entender como é que os processos articulados de industrialização e de ocupação regional pelas plantações florestais homogêneas conformaram a história regional.

No território em questão, originalmente ocupado como espaço rural (MONTE-MÓR et al, 1997; ALMEIDA, 1978), foi se iniciando, nos anos 40, um processo de urbanização, sobretudo nas cidades onde se instalaram firmas siderúrgicas (por exemplo: Rio Piracicaba, com a CSBM, ou Barão de Cocais, com a Hime & Co.). A partir de 1950, houve um incremento do crescimento urbano pela maior ocupação industrial do território, induzido pela disponibilidade de mata para carvão, de minério e de vias de escoamento. Isso produziu uma “grande reorganização espacial da população”, porque à atração populacional que as empresas siderúrgicas causaram inicialmente seguiu-se uma “perda relativa de população rural” provocada pela “política de garantia de [aquisição] de carvão vegetal por parte da CSBM”, pela “implantação da ACESITA, ambas demandando grandes extensões de terras para o plantio de eucalipto” (MONTE-MÓR et al., 1997, p. 93, 97).

Com base nessa descrição e nos elementos da dinâmica da economia das plantações florestais apontados até o momento, pode-se discutir algumas das questões implícitas na regionalização da questão

florestal em Minas Gerais. No caso aqui analisado, deve-se ressaltar ainda que essa região foi o centro das atividades de exploração das florestas nativas e de plantações homogêneas (inclusive com espécies nativas regionais) para fins de produção de carvão no estado até a década de 1950.

De acordo com dados coletados pela equipe da SEITEC (1969, p. 265-267) para 39 municípios da "área mineira da Zona do Rio Doce", pode-se dizer que as

serrarias tiveram, no passado, participação ativa da economia regional. Essa atividade encontra-se em pleno declínio e numerosos estabelecimentos vêm sendo fechados nos últimos anos. A destruição descontrolada das matas foi empurrando as áreas de abastecimento de toras para regiões cada vez mais distantes. [...] Dada a exígua reserva de matas existentes e do grande consumo de carvão pelas siderúrgicas, pode-se prever sérios problemas de abastecimento desse combustível, a não ser que sejam impostas medidas disciplinadoras de manejo das matas naturais e dos reflorestamentos.

Volta-se, então, à discussão do mesmo ponto. Para qualquer observador alinhado política, ideológica e economicamente com as indústrias e com a idéia de industrialização em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960, a opção pelo "reflorestamento" era entendida como natural. Mesmo que, como propõe o estudo supracitado, existam proposições relativas ao manejo das matas nativas, a própria lógica do argumento de base econômica orientava a decisão para as florestas plantadas, mais produtivas (em termos de madeira e de índice de carbonização) e menos custosas, por crescerem mais rapidamente. O que se requeria, contudo, era apoio público para baratear os custos iniciais da implantação dos maciços homogêneos de espécies arbóreas de uso industrial.

Antes que isso pudesse ser produzido, conforme discutido, a também mencionada instalação dos Serviços Florestais pelas empresas desempenhou um papel significativo na transformação do ambiente rural regional, substituindo a floresta nativa, mesmo que já bastante degradado, por uma outra artificial (ver SEITEC, 1969, para o uso dessa classificação). Em 1950, conforme indicado, as principais usinas

siderúrgicas existentes na região tinham plantado mais de 2.300 ha com eucaliptos. Quase vinte anos depois, já contando com a presença da Floresta Rio Doce, subsidiária da CVRD, essa área era quase vinte e duas vezes maior (SEITEC, 1969, p. 271-274). A CSBM detinha 77,1% desse total, em propriedades localizadas em treze municípios da região do Vale do Rio Doce. Mas, o que é mais importante para a presente argumentação, é que a CSBM possuía áreas plantadas com florestas homogêneas em oito dos municípios que compõem o território ora analisado. Desses oito, Dionísio era o município que possuía a maior área individual plantada com eucaliptos (ver SEITEC, 1969, p. 271 e Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), 1985).

Em 1968, agrupadas todas as empresas plantadoras, a área total coberta com florestas "artificiais" em 32 municípios da área mineira da zona do Rio Doce, tal como definida pela CVRD, era igual a 109.656 ha (num total de 126 municípios). Desse montante, 72.343,3 ha ou 66% encontravam-se implantados nos municípios que compõem a base territorial analisada (conforme dados de SEITEC, 1969, p. 255-258), à exceção de Belo Oriente, Iapu, Ipaba e Santana do Paraíso. Os dois últimos sequer correspondendo a áreas de distritos.

Um dos elementos que permitiram a expansão do plantio foi a adoção, pelas empresas, de um novo formato organizacional, dos mencionados Serviços Florestais. Esses Serviços incorporaram, segundo os interesses do capital (inicialmente o siderúrgico e depois o propriamente florestal, com a entrada da CVRD e o ramo de pasta de celulose na região), o discurso da racionalidade técnica e da necessidade de ordenar o espaço. Por isso, também, pôde ser absorvido por parte dos conservacionistas, visto que a eucaliptocultura era defendida pelos engenheiros agrônomos responsáveis por esses escritórios de plantações como uma forma de evitar a continuidade do desmatamento. Assim, as plantações florestais poderiam cumprir aquilo que os próceres do conservacionismo norte-americano designavam como sendo o uso racional dos recursos naturais com base nos princípios da sua utilização pelas gerações presentes e da prevenção do desperdício (McCORMICK, 1992, p. 28-34).

O outro elemento que permitiu o crescimento das plantações foi a disponibilidade de áreas, já que a "fronteira florestal" - representada até

pelo menos o início do século XX pela Mata Atlântica - desaparecera ou estava em avançado estágio de degradação, bastante fragmentada pela ação combinada do desmatamento para carvoejamento e para a agricultura e, desde meados dos anos 40, para o próprio "reflorestamento" (DEAN, 1996).

Em 1968, a área plantada com florestas homogêneas para fins industriais era superior à área remanescente da Mata Atlântica (ver Tabela 1). Mas, a dominância de um ecossistema sobre o outro não era homogeneamente distribuída entre os municípios. Nos casos de Açucena, Alvinópolis, Belo Oriente, Iapu, Marliéria, São Domingos do Prata e São José do Goiabal, a cobertura com a floresta nativa era superior. Ressalta-se o caso de Marliéria e Goiabal, onde se situam as principais porções do Parque Florestal Estadual do Rio Doce, a maior área remanescente contínua da floresta Atlântica em Minas Gerais após 1900. Porém, nos demais municípios, as plantações homogêneas superavam em muito as formações florestais originais. De fato, essa predominância era especialmente marcante em Coronel Fabriciano, Dionísio, João Monlevade e Timóteo, que possuíam entre pouco mais do que um quarto (no caso dos dois últimos) e cerca de 40% (no caso dos dois primeiros) de seu território coberto com eucaliptos e outras essências madeireiras plantadas em talhões homogêneos.

De 1969 a 1974, as plantações aumentaram em mais 40.054 ha nesses municípios (o equivalente a um ritmo médio de ocupação do solo de 6,7 mil ha ao ano). De 1974 a 1982, o crescimento anual médio diminuiu praticamente a metade, e isso só foi possível porque foram plantados mais de cinco mil ha de eucaliptos entre 1978 e 1982. Após essa data, ausência de dados sistematizados pelos diversos órgãos estatais de controle das plantações, e principalmente depois do fim dos incentivos fiscais, não contribui para que se diga exatamente como evoluiu a ocupação da terra pelas empresas consumidoras de produtos florestais. Contudo, levando-se em conta que, após o final dos anos 80, a CENIBRA assumiu a condição de principal compradora de terras para produção de madeira na região, pode-se usar os dados do seu "desempenho" para uma compreensão maior do movimento do capital florestal nesse território.

Tabela 1 - Áreas ocupadas por matas nativas e plantações florestais, em ha e em % da área municipal em municípios selecionados de MG - 1968.

MUNICÍPIOS	Área de Mata Nativa	% da Área Municipal	Área Plantada	% da Área Municipal
Açucena	2.900,0	2,5	336,0	0,3
Alvinópolis	1.800,0	3,0	553,3	(*)
Antônio Dias	1.700,0	2,0	4.280,0	5,1
Bela Vista de Minas	260,0	2,4	2.112,0	19,7
Belo Oriente	240,0	0,7	0,0	0,0
Coronel Fabriciano	2.000,0	10,0	7.720,0	38,2
Dionísio	2.600,0	7,2	14.300,0	39,4
Iapu	3.200,0	6,0	0,0	0,0
Ipatinga	600,0	2,6	3.000,0	13,0
Jaguaraçu	500,0	2,6	4.016,0	21,1
João Monlevade	750,0	8,0	2.700,0	28,7
Marliéria	17.000,0	35,6	4.800,0	10,0
Mesquita	1.100,0	2,5	9.600,0	21,9
Nova Era	1.100,0	3,1	1.216,0	3,5
Rio Piracicaba	1.200,0	3,3	4.060,0	11,0
Santa Bárbara	3.600,0	4,2	6.850,0	8,0
S. Domingos do Prata	3.600,0	4,6	1.000,0	1,3
São José do Goiabal	2.400,0	13,0	800,0	4,3
Timóteo	2.800,0	15,6	5.000,0	28,0
TOTAL	46.150,0	5,5	72.343,3	8,7

Obs.: (*) Menor do que 0,05%.

Fonte: adaptado de SEITEC (1969, p. 8-10, 255-258).

A dinâmica das plantações na região, na primeira metade dos anos 80, segundo as conclusões obtidas pela equipe responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto Ambiental da expansão da CENIBRA, sugere que

as áreas de florestamento na região ainda têm avançado determinadamente as suas fronteiras, com maiores concentrações nos municípios de Açucena, Belo Oriente e Mesquita (estima-se que aproximadamente 60% da área do município de Belo Oriente já esteja sob propriedade industrial, especificamente da CENIBRA, +/- [sic] 35%, e

da Companhia Belgo Mineira, +/- [sic] 25%...). [...] Tais avanços da propriedade industrial ainda vêm incidindo sobre áreas de potencial agrícola, que mesmo quando não imediatamente florestadas, têm permanecido improdutivas [...] Da mesma forma, o processo de substituição das áreas de matas nativas, utilizadas inicialmente para a produção carvoeira e liberadas em seguida para os florestamentos, apenas em alguns casos tem favorecido a expansão da pecuária (NATRON..., 1984, p. 3).

Essa questão possui ainda uma outra dimensão, que exige uma discussão, mesmo rapidamente, acerca de um dos aspectos centrais da dinâmica da exploração madeireira na região analisada: é a dependência que as citadas empresas instaladas tem da madeira de eucaliptos. Como demandadoras de carvão vegetal, a CSBM e a ACESITA contam com mais de um substituto para suas necessidades de energia e de insumo redutor do minério de ferro e posterior transformação em aço dentro de suas usinas, que são o carvão vegetal oriundo de matas nativas - que na verdade não foi dispensado em nenhum momento por elas - e o carvão mineral. Porém, conforme indica Machado (1998, p. 12-13),

Na produção brasileira de celulose de eucalipto [...] dada a tecnologia dessa indústria, não se vislumbra o abandono do eucalipto enquanto fonte de fibras. Ao contrário, a monocultura do eucalipto representa a principal vantagem comparativa do setor e [...] a integração "floresta"-indústria se aprofundou progressivamente [...] [Na verdade] A *apropriação* industrial do processo biológico de produção (do eucalipto) ocupa nessa indústria uma posição estratégica. Isto não apenas significa uma interferência crescente no processo biológico em si, mas se reflete também na organização do trabalho florestal, já que o caráter estratégico da monocultura do eucalipto para a indústria de celulose torna imprescindível a racionalização e o controle da força de trabalho ali empregada (destaque no original).

De acordo com o argumento desse autor, aquela dependência pode ser explicada pelo fato de ter gerado uma vantagem para os produtores brasileiros de pastas de celulose, isso porque a fibra obtida da madeira do eucalipto e seu processamento por processos químicos têm custos de produção comparativamente mais baixos do que em outros

países, em função das "características dessa monocultura referentes às condições edafo-climáticas, às tecnologias de manejo desenvolvidas e às políticas públicas para o setor" (MACHADO, *op. cit.*, p. 24). De fato, sem aprofundar o debate sobre as demais características, pode-se apenas ressaltar que o papel do Estado foi mais além do apoio aos objetivos privados de transformação de territórios em locais de produção de plantações homogêneas de alta produtividade. Segundo a argumentação aqui apresentada, o Estado esteve e está presente na formação, inclusive, das "políticas privadas" adotadas pelas empresas do setor, o que inclui o suporte legal e financeiro ao "reflorestamento", à modernização tecnológica, à adaptação aos requerimentos da concorrência internacional etc. (GONÇALVES, 1999).

Portanto, foi em razão da dependência da madeira de eucalipto que a CENIBRA desenhou uma estratégia de aquisição de terra distinta das demais empresas, inclusive pela aquisição das propriedades originalmente plantadas pela CAF. Em 1993, de acordo com dados coletados por Barbieri et al. (1997, p. 183), a CENIBRA possuía cerca de 69,4 mil ha de terra na bacia do Rio Piracicaba, 56% das quais plantadas com formações homogêneas de eucaliptos. Em 1995, a área de propriedade da empresa era de aproximadamente 172 mil ha, dos quais 94,5 mil ha plantados com eucaliptos. Em 1997, as áreas total e plantada de propriedade da empresa eram, respectivamente, de 191,4 mil ha e 104 mil ha. (MACHADO, 1998, p. 22).

A área ocupada pela CENIBRA em treze municípios, dentre os que foram tratados nesse texto, representa pouco mais do que 42% do total da área das propriedades com mais de 1.000 ha existentes em 1995. Essa situação, segundo o levantamento proporcionado por Barbieri et al. (1997), deve-se ao fato de essa empresa ter sido responsável, isoladamente, "por no mínimo cerca de 70% da expansão das grandes propriedades nos diversos municípios da bacia do Rio Piracicaba" (*op. cit.*, p. 184).

No entanto, se a expansão das plantações foi garantida pela ocupação de um espaço rural "aberto" ou passível de ocupação por métodos formalmente "pacíficos" de aquisição, as empresas não parecem ter contado com uma oferta previamente garantida de um outro recurso fundamental: o trabalho. Mesmo que não se tenha encontrado nenhum

registro direto que indicasse esse fato nas falas empresariais, não se encontrou também nenhuma referência à abundância de braços.

A fonte menos otimista e que permite afirmar a existência não tanto da desqualificação, e sim da carência de trabalhadores, é o citado relatório da comissão nomeada pelo Ministério da Agricultura para examinar o problema do "reflorestamento" na região siderúrgica mineira. A equipe, que estudou onze usinas instaladas na região central e oeste de Minas, todas dentro do chamado Quadrilátero Ferrífero, revelou que um dos principais problemas - e que exigia como solução o "reflorestamento artificial" - era a falta de acesso à mão-de-obra abundante (sic) para o carvoejamento. Isso, aliado às dificuldades de escoamento, contribuía para o encarecimento dos seus produtos nos mercados externos à região e ao estado, principais destinos da produção (BRASIL, 1951, p. 248-249).

Esse era um problema real, talvez porque as plantações tivessem provocado e/ou provocando o êxodo rural. Ou, talvez, porque, diante das condições severas de organização e controle do trabalho florestal, caracterizado por baixos salários e ausência de direitos, os trabalhadores se recusassem a permanecer no campo e estivessem indo buscar uma outra ocupação nas cidades grandes de Minas e de outros estados.

Embora a primeira das duas hipóteses seja a mais tentadora, por causa da sua mais "fácil" observação, ela pode esconder alguns equívocos. Nesse caso, deve-se atentar para a segunda, e lembrar que se aplica a um período de ausência de organizações representativas autônomas dos trabalhadores florestais ou rurais assalariados. Na verdade, a própria ausência de indicações sobre o problema constitui uma indicação da situação de progressiva precariedade das condições de trabalho dos trabalhadores rurais da região. Não se trata do mesmo problema anunciado por Almeida (1978, p. 81), um dos engenheiros responsáveis pela construção das linhas da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que em suas memórias de campo chamou a atenção para o fato de que a "escassa população da margem esquerda do Rio Doce, desde o mar até o Rio Piracicaba e da foz deste, no Rio Doce, até Antônio Dias", não forneceria o contingente de trabalhadores necessários para a obra.

Após a consolidação das plantações de eucaliptos e pinheiros na região, entre quarenta e cinquenta anos após o relato desse engenheiro da companhia ferroviária, a população já era expressiva. O desmatamento, a ocupação agropecuária da terra e a formação das cidades contribuíram

para a formação de um novo território, distinto daquele do início do século XX. A subordinação e a exploração do trabalho de um contingente de antigos produtores rurais e seus filhos, nascidos nesse território ou oriundos de outros locais das zonas Metalúrgica e do Rio Doce, e até mesmo dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, foram processos que acompanharam as plantações homogêneas de espécies florestais nas regiões dos Vales do Aço e do Rio Doce pela razão direta que elas representam uma forma de apropriação capitalista da terra e do espaço.

Mas, quem eram esses camponeses e trabalhadores? Uma descrição da configuração regional em final da década de 1950, especialmente da agricultura, foi feita por Strauch (1958). Suas considerações, apesar de longas, são importantes por confirmarem a idéia que a produção de carvão devastou inicialmente as matas mais próximas da Ferrovia Vitória a Minas, nas terras aluviais e nos terraços do Rio Doce e, adicionalmente, por descreverem como era a prática agrícola local:

Muitas destas terras, principalmente as baixadas aluviais são bastante férteis, ricas de húmus e matéria orgânica, periodicamente depositados pelas enchentes do rio. Ao longo do vale estas faixas de terras, variáveis na sua largura, representam áreas agrícolas em potencial. Atualmente elas apresentam uma utilização relativamente simples. Após a derrubada da mata, o pasto de "colônião", plantado ou não, se estendeu por toda a faixa ribeirinha. Em alguns trechos, onde por exceção houve algum estabelecimento de fazenda pode-se observar então certa esquematização no uso da terra. Assim, nas baixadas aluviais, planta-se o milho e arroz depois das chuvas. Após a safra, o "colônião" já está bastante desenvolvido e nas terras coloca-se então o gado que aí permanece até o início da elevação do nível da água após o que se reinicia o ciclo agrícola. É interessante considerar que o capim colônião tem aí um caráter de praga, pois, em virtude da semente que acumula no solo no início do período das chuvas, é resistente ao próprio fogo. O trabalho para destruir o pasto é assim feito antes das primeiras chuvas e representa um temendo dispêndio de energia por parte do lavrador. Além das lavouras de milho, é também comum a

utilização das baixadas aluviais para pastos melhores de capim gordura ou jaraguá. Este último principalmente pode ser observado com alguma frequência, fazendo rotação com o milho enquanto o "colonião" ocupa permanentemente os terraços mais altos e as encostas. Nas pequenas propriedades ou, o que é mais comum, nas lavouras dos "moradores" e dos "meeiros" são frequentes as plantações de bananeiras que representam uma fonte de renda complementar, pois as cidades próximas absorvem facilmente esta produção. Mas o traço dominante é sempre a mata devastada ou em devastação e os extensos pastos de colonião. Com menos intensidade que na região de Governador Valadares, as fazendas são de pecuária extensiva e geralmente especializadas na engorda do gado para os centros consumidores de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Tratando-se de uma área de ocupação relativamente recente, as sedes das fazendas são em geral bastante rudimentares tanto mais que grande parte das propriedades aí são de fazendeiros já estabelecidos em outras áreas ou de pessoas mais interessadas no negócio de carvão. Tanto as sedes de fazenda quanto as casas dos moradores e parceiros se situam nas partes mais elevadas [...] Como seria de se esperar, os métodos agrícolas são aí dos mais primitivos: usa-se a queimada para limpar os pastos de "colonião" e as únicas ferramentas de trabalho são a enxada, a foice e o machado. Nos terrenos planos das baixadas e terraços os processos de trabalhar a terra pouco têm afetado os solos, tanto mais que o rio se incumba de repor o húmus que o fogo destruiu e as lavouras são tão extensivas que não é possível aquilatar do seu rendimento, mas nas encostas de declive mais acentuado são visíveis os ravinamentos que falam com eloquência dos fenômenos de erosão (STRAUCH, 1958, p. 115-117).

Com base nessa citação, não se pode afirmar que nos Vales do Aço e do Rio Doce a vida foi desde sempre dedicada ao desmatamento, ao carvoejamento e/ou à produção de eucaliptos – atividades que se tornaram indubitavelmente centrais na reprodução econômica local, inclusive pela sua articulação com um capital mercantil e industrial decorrente das mudanças sofridas pela região nos últimos sessenta anos.

Na verdade, como pode ser depreendido de alguns textos citados e de vários depoimentos de produtores familiares da região, a estrutura da região já foi capaz de se sustentar com a produção local de alimentos e de gerar seus próprios empregos, situação que foi *modificada* pelas plantações florestais homogêneas e sua forma peculiar de organizar a economia regional. Mas, como era mesmo a vida antes do "reflorestamento"?

Para um trabalhador rural de Santa Bárbara, entrevistado em 1994,

o pessoal plantava todo tipo de agricultura que produz na região como [...] mandioca era em alta escala, fazia muita farinha, que chegava até ser exportada daqui [...] para outros países [...] E tinha plantio de milho, arroz, feijão e o pessoal sobrevivia disso e algumas pessoas empregavam nas minas de ouro, aqui em Florália tinha uma ou duas [...] Mas foi pela década dos anos de 40 a 50 que começou a chegar o reflorestamento, que a Belgo-Mineira tinha um plantio de jacaré², que era uma mata nativa mas de muito boa saída. Só que apareceu o eucalipto que era muito mais vantajoso para as empresas e aí que começou o reflorestamento que ficou durante muito tempo com a Belgo [...] Quando foi nos anos de 1970 que apareceu a Floresta Rio Doce que [...] foi comprando vários outros [terrenos] e nesta década de 1980 ela passou para a CENIBRA e isso foi se estendendo.

Uma agricultora moradora de um dos distritos de Antônio Dias também registrou em entrevista que

A mais anos atrás, antes do eucaliptal, aqui se plantava roça, milho, mandioca, os antigos cuidava das lavouras, quem tinha seus gados, quem tinha seus animal tinha o pasto. Hoje ninguém conhece o que é animal mais. Você fala tropa, uai ?, que é isso ? Peitoral de burro, o que é peitoral? [...] não existe peitoral mais. Pergunta as famílias minha que que é peitoral que coloca num animal, o burro de guia tá na frente e a tropa tá atrás, acompanhando aquele burro de guia. Só aquele burro com aquele peitoral tá seguindo a tropa toda na estrada, é ou não é?

Pergunta: Servia para qué a tropa?

Entrevistada: Tropa? Essa tropa puxava cana, no princípio antes de entrar os membros da companhia aqui, essa tropa puxava cana, puxava carvão.

Pergunta: O carvão era tirado de onde?

Entrevistada: O carvão era tirado dos matos mesmo. Mato, né?, não era eucalipto não. Eu sei porque este terreno aqui tinha um mato, desmanchou todo em carvão.

Os relatos de outros produtores ouvidos acrescentam que, além da produção de mandioca e da cana, existia também a de arroz, banana, feijão, melancia, milho e laranja, todas entendidas como alimentos para a "despesa". Nesse contexto, a plantação de eucalipto, inicialmente pela empresa Rural Mineira, depois pelas Florestas Rio Doce, pela CAF, pela ACESITA e, finalmente, pela CENIBRA provocou "falta", isso porque o "pessoal antigo vendeu os terrenos bons tudo, os antigos pôs os terrenos bons na mão da Companhia. E os antigos uns mudou para a rua, outros para a cidade" (entrevista de moradora de Antônio Dias).

Um pequeno produtor de Santa Bárbara, falando também da mandioca, representa assim o que era a organização social e produtiva local antes dos anos 1950:

Entrevistado: [...] eu plantava alqueire mais alqueire de mandioca, fazia muita farinha, antes de entrar essa indústria aqui a vida aqui era farinha de mandioca [...] agricultor plantava na terra dos outros a terça, a meia, mas a vida aqui em Santa Bárbara era farinha de mandioca.

Pergunta: A terra aqui é boa para plantar mandioca?

Entrevistado: A terra aqui é boa demais.

Pergunta: Mas os homens não falavam que a terra é ruim, o diretor da empresa?

Entrevistado: Pois é, eu criei a minha família plantando mandioca.

Pergunta: Quer dizer que eles não sabem bem a história não?

Entrevistado: Ah, hoje tem técnica né? Também naquele tempo tinha meus filhos em casa. [...].

Pergunta: E a plantação de mandioca dava emprego para todo mundo?

Entrevistado: Dava, ali plantava, tinha capina, vinha a colheita da farinha da mandioca, fazia farinha. Então, aqui

na Paciência [...] ali hoje é umas casinhas, mas naquela época era um povoado grande.

Ao ser indagado sobre o que achou da introdução das plantações de eucalipto na região, sua resposta enfatiza a idéia de que uma mudança ocorreu com relação a um tempo no qual todo mundo "trabalhava na roça". Segundo esse entrevistado, "Prá mim é a pior coisa que apareceu. É bom, foi bom, assim, porque deu muito emprego", mas isso "Hoje já não continua, só vemos falar em demissões".

Uma mudança fundamental provocada na economia rural da região na percepção dos agricultores foi a geração de empregos assalariados e, em conseqüência, de renda monetária adicional à que poderia possivelmente ser gerada dentro da propriedade rural familiar. Para entender mais completamente essa questão, porém, deve-se atentar para o fato que se as empresas plantadoras criaram emprego, o fizeram num universo de sujeitos submetidos já a uma lógica de exploração do grande produtor.

A pequena produção local incluía a meação como estratégia de reprodução da unidade familiar. Assim, do ponto de vista daqueles que tinham que trabalhar na terra do grande, a história poderia ser dividida entre um tempo antes e depois do eucalipto (a partir da década de 1950), que inclui a substituição do fazendeiro como empregador, e em um outro tempo mais recente, quando a fazenda se transformou e se "apresentou" o plantio do capim braquiária (a partir da década de 1980), no momento em que foram limitados o espaço e o tempo do uso da terra.

Essas percepções são ainda mais radicalizadas quando se trata dos modos pelos quais vários dos membros das comunidades rurais de base familiar saíram da terra. Se havia o recurso do assalariamento, por que venderam suas propriedades? A resposta óbvia é que isso foi feito para dar lugar às plantações. Os dados sobre a estrutura da propriedade da terra nessa região indicam uma redução da área média das pequenas propriedades, apesar da manutenção do seu número. Porém, a "chegada" das empresas não foi feita com base na introdução da relação de equivalência e dos códigos jurídicos formais exigidos pela transação mercantil capitalista. O que se quer dizer é que, com base nos depoimentos colhidos junto a antigos proprietários rurais e membros de suas famílias na região, as empresas adotaram estratégias de aquisição de terra que se não foram formalmente violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais³.

Por meio de uma série de prepostos (os "corretores", como são conhecidos na região), as empresas foram adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não dependiam da produção agropecuária para sobreviver e daqueles que não conseguiam mais manter a roça. Assim, aos poucos, aqueles que dependiam da terra para viver foram sendo pressionados. Um exemplo disso é o relato de um comprador de terra e de "mato" da CSBM (que depois se tornou comprador de terra para a Fiscalização Regional Dirigida (FRD)), residente em Nova Era. Segundo ele, quando a FRD iniciou suas operações no Vale do Aço, objetivava "volume de terra", e como não conhecia a região, procurou um "meio de facilitar o contato" com os moradores e produtores rurais. A própria descrição da atividade de comprador e a revelação que a empresa desconhecia o seu futuro lugar de atuação permitem sustentar as afirmações anteriores.

Por causa de estratégias como essas, são vários os casos em que as firmas "reflorestadoras" levaram terras de posse no bolo de compra de propriedades de fazendeiros. Isso foi possível porque, como disse um entrevistado de Antônio Dias, quase ninguém tinha título da terra, porque "naquele tempo, na época [...] ninguém comprava terra não, uai!". Aqueles produtores que de alguma forma resistiram, permaneceram ilhados no "mar" de eucaliptos.

Mas, há aqueles que perceberam o processo de modo distinto - o que não indica que discordem da sua situação de subalternidade. Um entrevistado, pequeno produtor de Santa Bárbara, falando do início das plantações de eucalipto na década de 1950, indica um elemento importante da condição subordinada da família rural ao movimento do capital das plantações na região:

depois que começou plantio, que as companhia começou a fazer o plantio, para falar a verdade melhorou também para o trabalhador, para os trabalhadores rural, porque aqueles que podia fichar na companhia fichava mas ficava os outros em casa, ou os mais velhos ou os menor de idade, que ficava cuidando da roça, né? E, por exemplo, se a família tinha às vezes umas cinco pessoa, se tivesse dois empregado tinha três na roça, então, controlou um pouco.

Outro produtor familiar de Santa Bárbara, tratando do mesmo assunto, disse que deveria ser levado em conta que na época que as empresas "puseram empreiteiro, deu serviço pra aqueles [...] que tava na

roça, porque muitas vezes a roça não dava pra o sujeito manter, então ajudou também, o próprio serviço da companhia ajudou".

O que ocorreu na região, pois, foi uma simultaneidade entre os fenômenos de expansão de uma atividade econômica de base rural destinada a oferecer insumos agroindustriais, uma conseqüente urbanização - com a formação do Vale do Aço - e um esvaziamento do espaço rural pela concentração fundiária e pela alteração espacial e ambiental provocadas pelo eucalipto.

Monte-Mór et al. (1997), ao analisarem a chegada das empresas e seus impactos sobre a formação de um padrão de uso do espaço, demonstraram como ainda nos idos dos anos 1930 a população residente na região caracterizava-se por ser "desqualificada" e "não domesticada" do ponto de vista dos requisitos exigidos pela "disciplina fabril". Por habitarem uma "região de fronteira com ampla disponibilidade real de meios de subsistência autônoma", os trabalhadores não se fixavam nos postos inicialmente oferecidos pelas firmas que traziam técnicos formados em Ouro Preto e no exterior para ocupar os cargos qualificados e de comando. A isso se acrescenta que a possibilidade de viver do trabalho na terra ocupada, na meia ou terça com os fazendeiros, inclusive para a produção de carvão vegetal, tornava para esses trabalhadores o emprego na usina uma alternativa possível, mas não a única.

Ao buscar a "criação de um espaço capitalista", tanto pela implantação de suas plantações homogêneas de madeira, quanto pela construção de suas cidades fabris, as empresas siderúrgicas que inicialmente se instalaram na região não abriram mão do controle e da coerção sobre os trabalhadores que se iam formando sob sua pretensa tutela, o mesmo continuando a acontecer à medida que a CAF e a CENIBRA foram se tornando as principais empresas controladoras das áreas plantadas com eucaliptos na região.

NOTAS

- 1 Além disso, também em parceria com o Estado por meio do IEF, as empresas deram início a programas de "reflorestamento", nas regiões Metalúrgica e Rio Doce, por meio de contratos de integração com pequenos e médios produtores rurais (GONÇALVES, 1990; GONÇALVES, 1995).

2. Árvore nativa da Mata Atlântica, de nome científico *Piptadenia communis* Benth, que cresce muito rapidamente e que foi utilizada nos primeiros experimentos de plantações da CSBM.
3. Essa é uma discussão complexa, o que torna necessário frisar que a violência juridicamente reconhecida como violação de direitos individuais, sociais ou políticos distingue-se muitas vezes daquela que é social e simbolicamente vivida pelas populações "tradicionais" em face da penetração do capital nos seus sistemas de organização da vida. Assim, mesmo que muitas vezes a "chegada" da empresa capitalista tenha sido precedida da legalidade inclusive pela instituição de um mercado de terras (ela estimula a comercialização com o uso de moeda). Isso não significa que tenha havido respeito a direitos costumeiros ou que não tenha sido utilizada violência contra as pessoas e os recursos, inclusive físicos, dos quais dependem. Nos estudos de casos realizados nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (GONÇALVES, 2001 e GONÇALVES et al., 1994), foram percebidos vários tipos de violência simbólica contra pequenos produtores, as quais se faziam acompanhar por formas mais ou menos veladas de violência física.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. A. de. *O desbravamento das selvas do Rio Doce*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. (Coleção Documentos Brasileiros, 103).
- BACHA, Carlos J. Caetano. A situação atual dos dados sobre reflorestamento no Brasil. *Análise Econômica*, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 141-155, mar., 1992.
- BARBIERI, R. et al. Atividades antrópicas e impactos ambientais. In: PAULA, J. A. de. (Coord.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço Florestal. Reflorestamento da região siderúrgica do centro do país. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 247-261, 1951.
- BRITO, F. R. A.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; JUNQUEIRA, A. C. A. ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In: PAULA, J. A. de. (Coord.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997.

CONSELHO ESTATUAL DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO. *Subsídios para estudo da economia do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1959. (Série Pesquisas, 3, v. 2).

DEAN, W. A floresta como fonte de energia na urbanização e na industrialização de São Paulo: 1900-1950. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1, 1986, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: Eletropaulo, 1987. v. 1.

_____. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1981.

DUARTE FILHO; Francisco C. Indústria mineira pós-75: desempenho e fontes de crescimento. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 31-52, mai.-ago., 1986.

ENSCH, L. J. Siderurgia a carvão de madeira: possibilidades e planos de expansão no Brasil. São Paulo: [s. n.], 1953.

FERREIRA, R. J. F. A atuação do Polocentro e o desenvolvimento regional. *Fundação JP*, Belo Horizonte, v. 15, n. 5-6, p. 3-17, mai./ago., 1985.

GONÇALVES, M. T. *Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas - IEF*. 1990. Dissertação (Mestrado) - DCP - Universidade Federal de Minas Gerais, 1990

_____. Quais são os rumos da política florestal no Brasil? *Vanguarda econômica*, Belo Horizonte, n. 3, p. 73-86, set., 1995.

_____. *Tons do verde no Brasil: subordinação da política florestal à lógica da plantation*. Paper apresentado no Seminário sobre Reforma do Estado, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 19 e 20 de agosto de 1999.

_____. *Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais*. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura - CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001.

_____. et al. Exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional. Belo Horizonte, 1994. Relatório produzido para a Pesquisa "Exploração Florestal no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia: seus impactos e as alternativas dos atingidos", realizada pela

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

INDI. *Análise do conceito de integração reflorestamento - indústria em Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s. n.], 1975.

IGA. *Reflorestamento em Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s. n.], 1985.

MACHADO, C. W. C. *Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG*. 1998. Dissertação (Mestrado) – CEDEPLAR – Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso; a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MONTE-MÓR, R. L. de M. et al. Ocupação do território e estrutura urbana. In: PAULA, J. A. de (Coord.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997.

MOTTA, M. M. M. Terra, nação e tradições inventadas: uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850. In: MENDONÇA, S.; MOTTA, M. M.M. (Org.). *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EdUFF, 1998.

MURTA, D. de F. Geografia da agricultura de Minas Gerais. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Viação e Obras Públicas. *Plano de Eletrificação de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1950. v. 1, cap. 9.

NATRON CONSULTORIA E PROJETOS. *Projeto de expansão da Cenibra S.A. - ELA-RIMA*. Belo Horizonte: [S. n.], 1984.

OSSE, L. Consumo de carbón vegetal y actividades forestales de la siderurgia brasileira. In: *Siderurgia Latinoamericana*, Santiago de Chile, n. 280, p. 49-78, ago. 1983.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional. In: _____. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, H. R. (Org.). *Ecologia e política mundial*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase/Airi/PUC-Rio, 1991.

PEDROSO, T. Na encruzilhada do deserto. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 19/20, p. 162-192, jan./jun., 1952.

RIBEIRO, A. E. M. *A terra e a grande empresa no Vale do Aço*. [S. l.; S. n.], 1986. Relatório de Pesquisa, mimeografado.

SEITEC. *Planejamentos Agro-Industriais. Desenvolvimento agropecuário da região de influência da CVRD: estudo básico*. São Paulo: [s. n.], 1969. v. 2.

SILVA, S. M. F. *Reflorestamento: necessidades e instrumentos para a cultura do eucalipto*. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1965. (Série Divulgação, 9).

SOUZA, W. P. A. de. Perspectivas atuais da economia mineira. In: SEMINÁRIO MINEIRO DE ESTUDOS MINEIROS, 2, 1956. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

STRAUCH, N. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*. Guia da excursão n. 2, realizada por ocasião do 18º Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VALVERDE, O. *Recursos naturais e o equilíbrio das estruturas regionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. (Série Paulo de Assis Ribeiro, n. 7).